

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS – INGLÊS

RAFFAEL CANTU

**A BIPOLARIDADE NO MICROESPAÇO DE UMA NAÇÃO: uma
perspectiva discursiva sobre o movimento “Fora Dilma”**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PATO BRANCO
2015

RAFFAEL CANTU

A BIPOLARIDADE NO MICROESPAÇO DE UMA NAÇÃO: uma perspectiva discursiva sobre o movimento “Fora Dilma”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Letras Português-Inglês da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Pato Branco, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Márcia Andrea dos Santos.

PATO BRANCO
2015



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Pato Branco
Departamento Acadêmico de Letras
Coordenação do Curso de Letras Português/Inglês



DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor (a): **Raffael CANTU**

Título: **A bipolaridade no microespaço de uma nação: uma perspectiva discursiva do movimento Fora Dilma.**

Trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado em 25 / 11 / 2015

com NOTA 10 (dez) pela comissão julgadora:

Prof.^a Dra. Márcia Andrea dos Santos – UTFPR Pato Branco
Orientador(a) e Presidente da Banca

Prof.^a Ma. Márcia Oberderfer Consoli – UTFPR Pato Branco
Membro da Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Maria Ieda Almeida Muniz – UTFPR Pato Branco
Membro da Banca Examinadora

VISTO E DE ACORDO:

Prof.^a Dr.^a Leticia Lemos Gritti
SIAPE n: 1695421
Coordenadora do Curso de Licenciatura
em Letras Português-Inglês
UTFPR - Câmpus Pato Branco

Prof.^a Dra. Leticia Lemos Gritti
Coordenadora do Curso de Letras Português/Inglês

Prof.^a M.^a Rosângela Aparecida Marquezi
Responsável pelo Trabalho de Conclusão de Curso
Portaria n.º 023, de 11.02.2014

“A Folha de Aprovação assinada encontra-se na Coordenação do Curso”.

A guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida.

(HOBBS, 2003)

RESUMO

CANTU, Raffael. A Bipolaridade no Microespaço de uma Nação: uma perspectiva discursiva sobre o movimento “Fora Dilma”. 2015. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Letras Português-Inglês, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2015.

O atual cenário político e social brasileiro tem apresentado um tensionamento entre projetos de nação e filiações ideológicas políticas. Tal cenário, somado a uma evidente insatisfação com o modelo de democracia representativa desenvolvido no Brasil, tem sido refletido nas ruas através de diversos atos públicos e manifestações coletivas. Neste contexto, surgiu o movimento “Fora Dilma”, que se caracteriza enquanto um movimento de oposição ao governo federal e que possui como principal bandeira a retirada da presidenta Dilma Rousseff. Assim, este trabalho de conclusão de curso busca compreender, através de uma pesquisa qualitativa, quais são as vozes que ecoam nas manifestações “Fora Dilma”, quais os discursos norteiam a atuação dos manifestantes e quais os possíveis efeitos de sentido são pretendidos com estes, através da análise dos discursos coletados na rede social Facebook, a qual tem sido suporte para centenas de debates acerca da política nacional. A relevância do estudo se concentra na apresentação de um olhar científico, focado na materialidade do discurso, em relação a um momento histórico conturbado e, muitas vezes incompreendido, que tem mobilizado brasileiros de todo o território nacional, pautando os meios de comunicação, as manifestações de rua e as redes sociais. A análise do objeto se filia à teoria da Análise do Discurso de linha francesa, compreendendo o discurso enquanto prática social, mas fundamentalmente buscando compreender a relação material entre língua e ideologia, o que nos permite observar que os discursos produzidos durante as manifestações expressam a própria luta de classes na defesa de um projeto de nação.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Ideologia. Manifestações civis. Política.

ABSTRACT

CANTU, Raffael. The bipolarity in the micro space of a nation: a discursive perspective about "Fora Dilma" movement. 2015. 52 f. Monograph - Degree in Languages Portuguese- English, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

The current Brazilian political and social scene has shown a tension between national projects and ideological political affiliations. This scenario, coupled with a clear dissatisfaction with representative democracy model developed in Brazil, has been reflected in the streets through many public events and collective manifestations. In this context, the movement "Fora Dilma" has emerged, which is characterized as an opposition movement to the federal government that has as main goal removal of President Dilma Rousseff. Thus, this work aims to understand, through a qualitative research, which are the voices that echo in the "Fora Dilma" movement, which discourses guide the actions of the protesters and what the possible effects of meaning are intended with these, by analyzing the discourses collected in the social network Facebook, which has been support for hundreds of debates about national politics. The relevance of the study focuses on the presentation of a scientific look, focused on the materiality of discourse, compared to a historical moment troubled and often misunderstood, that has mobilized Brazilians throughout the country, guiding the media, demonstrations Street, social networks. The object of analysis joins the theory of Discourse Analysis, the French approach, understanding the discourse as a social practice, but mainly trying to understand the material connection between language and ideology, which allows us to observe that the discourses made during the demonstrations express own class struggle in defense of a national project.

Keywords: Discourse Analysis. Ideology. Civil demonstrations. Policy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A LINGUAGEM EM ANÁLISE	14
2.1 O INÍCIO DE UMA CIÊNCIA.....	14
2.2 PERCEBENDO UMA LÍNGUA EM MOVIMENTO.....	16
2.2.1 A Arqueologia de Foucault.....	17
2.2.2 Discurso e Ideologia.....	20
2.3 O DISCURSO SOB ANÁLISE.....	22
2.3.1 Condições de Produção.....	22
2.3.2 Interdiscurso e Memória Discursiva.....	24
2.3.3 Esquecimentos no discurso.....	28
2.3.4 Paráfrase e Polissemia.....	28
3 PERSPECTIVAS DISCURSIVAS SOBRE O MOVIMENTO FORA DILMA	31
3.1 DO MACRO AO MICRO: GUERRA FRIA NO MICROESPAÇO DE UMA NAÇÃO.....	32
3.2 O RESGATE INGLÓRIO DE UMA LUTA POPULAR.....	37
3.3 O PARADOXO DE UMA DEMOCRACIA MILITARISTA.....	42
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

Em um curto período histórico de nosso país, composto por pouco mais de 24 meses, os brasileiros têm presenciado uma série de grandes mobilizações urbanas organizadas nos mais diversos estados e municípios do país.

Durante os meses de junho e julho de 2013, o Brasil vivenciou as maiores manifestações civis já observadas em sua história. As “jornadas de junho”, termo como ficou conhecido o conjunto de eventos realizados no período, reuniram milhões de cidadãos brasileiros em passeatas realizadas em todas as unidades federativas do país com uma distinção clara: a da insatisfação com o quadro político da época; mas sem uma pauta em comum.

Tem-se que as manifestações iniciaram com o Movimento Passe-Livre (MPL) como forma de repúdio ao aumento da tarifa do transporte coletivo urbano na cidade de São Paulo, contudo tomaram grandes proporções e atingiram diversos outros movimentos sociais organizados e setores da sociedade, o que influiu as manifestações e novas reivindicações começaram a competir os espaços de mobilização. Assim, pela primeira vez em sua história, o Brasil presenciou uma série de mobilizações urbanas que levaram milhões de brasileiros e brasileiras às ruas, tanto pertencentes a partidos políticos de esquerda e movimentos sociais, quanto aqueles que não se filiam a ideologias de esquerda, nem a entidades de movimentos sociais e que, tradicionalmente, não participam das manifestações civis.

Devido a grande proporção tomada pelo movimento, a centralidade das reivindicações foi dissipada, apresentando um movimento amplo e multifacetado, com diversas reivindicações, mas nitidamente sem norte. Não foi incomum observar em uma mesma passeata cartazes que tratavam a respeito do combate a corrupção e do fortalecimento da representatividade, da redução de impostos e da reforma tributária, da regulamentação das drogas e da legalização do casamento homossexual, do fim dos partidos políticos e do suposto comunismo, dentre diversos outros. Esse caráter múltiplo reflete a própria condição de ressignificação dos espaços sociais, pois a rua, até então espaço de ocupação de grupos ideologicamente simpáticos à esquerda, comumente utilizados pelas organizações civis de luta pelos direitos dos estudantes, das mulheres, do trabalhador, do negro,

etc., cedeu espaço a uma série de manifestações que, a princípio, acolhiam discursos produzidos a partir de diversas ideologias, frequentemente contraditórios.

É evidente que com a tomada das devidas proporções, grupos políticos, econômicos e midiáticos entraram em conflito de interesses para a capitalização dos movimentos em prol de um projeto que os beneficiasse. A grande mídia brasileira, que historicamente se contrapõe aos movimentos sociais, buscando descaracterizá-los e criminalizá-los, buscou assumir a liderança no direcionamento das manifestações em prol dos grupos políticos que a sustentam. Desse modo, foram extirpados das ruas os movimentos que se caracterizavam como partidários, tornando, em boa parte das manifestações, vedada a utilização de bandeiras, camisetas e acessórios que denotassem partidos políticos e correntes teóricas ligadas ao socialismo e ao comunismo.

Nesse contexto, os movimentos sociais historicamente constituídos e protagonistas das lutas sociais, compostos por entidades de representação estudantil, de juventude e de minorias, bem como pelos partidos políticos de esquerda, se perceberam estranhos às manifestações, sendo muitas vezes vítimas de agressões por parte dos manifestantes que não compreendiam a historicidade dos movimentos civis, carregando consigo o dizer “o gigante acordou”, o qual fez uma alusão ao fato de que a população estava na rua reivindicando mudanças, mas esquecendo que manifestações e passeatas são frequentes em nosso país há anos.

No ano de 2014, uma nova onda de movimentos tomou conta do Brasil. Em um ano eleitoral, onde se escolheriam pelo voto popular os cargos de presidente, governador, senador e deputados estadual e federal, o movimento contra a realização da Copa do Mundo da FIFA pautou as demandas das ruas. Apoiados pela grande mídia, diversos grupos que não apoiavam a presidência de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores – PT, organizaram manifestações em diversas cidades do país com o lema “Não vai ter Copa”, acusando superfaturamento nas obras da Copa do Mundo, apostando na incapacidade do Brasil em sediar tamanho evento, prevendo a não conclusão das obras a tempo da inauguração do evento e, principalmente, contrapondo-se aos investimentos em estádios, mesmo que muitas vezes desconsiderando o fato de que o financiamento não saiu do orçamento do governo federal, mas sim, dos fundos de investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento, o BNDES.

Em contrapartida, os movimentos sociais que compreendiam que a realização

da Copa do Mundo era importante para o país, saíram às ruas defendendo a realização do evento mundial, porém exigindo que o governo também se preocupasse com as necessidades essenciais da população, tendo em diversos momentos adotado o lema “Eu quero Copa, Saúde e Educação”. Com esse novo tom dado aos movimentos pré-Copa do Mundo, o tensionamento entre os conflitos gerou o início de uma segmentação dos movimentos, mesmo que muito tênue, começou-se a notar os grupos que defendiam o governo federal e os que se opunham a este.

Contudo, a realização da Copa do Mundo, entre os dias 12 de junho e 13 de julho de 2014, foi internacionalmente elogiada, tanto por atletas de outras nacionalidades que competiram no Brasil, quanto pela mídia internacional que acompanhou todas as fases do desenvolvimento da Copa do Mundo, pois além de as obras estarem concluídas até o início do evento, a cordialidade e simpatia dos brasileiros somadas à infraestrutura investida pelo governo federal garantiram um clima de segurança, organização e alegria, conforme fora veiculado em diversos meios de comunicação como o estadunidense *The New York Times* (BORDEN, 2014), o francês *Le Monde* (BOURCIER; HERNANDEZ; HOPQUIN, 2014), o alemão *Frankfurter Allgemeine* (KLAUBERT, 2014) e tantos outros de acordo com o Portal Brasil (PORTAL BRASIL, 2014).

Com a reação positiva da mídia internacional e de boa parte da população brasileira em relação à organização e a realização da Copa do Mundo, muitos grupos que se opunham à realização do evento modificaram o discurso do movimento “Não vai ter Copa”, isentando o governo federal dos créditos do sucesso e transferindo-os inteiramente ao povo brasileiro, mas sustentando que os altos investimentos feitos para a realização da Copa do Mundo prejudicariam o Brasil.

Nesse contexto é que foi dado início à disputa eleitoral, em 6 de julho de 2014. Assim, a segmentação entre grupos que defendiam o governo federal, grupos aparentemente neutros e grupos que se opunham ao governo federal começou a se tornar cada vez mais evidente.

O processo eleitoral mereceria passar por uma análise exclusiva, profunda, contudo não cabe a este trabalho cumprir tal função, embora alguns elementos sejam fundamentais para a compreensão dos movimentos que serão analisados ao longo deste trabalho.

A disputa eleitoral foi protagonizada por três projetos políticos para a

presidência da República, encabeçados pelos seguintes candidatos: Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB) e Eduardo Campos (PSB). A candidata do PT estava disputando a sua reeleição, enquanto Aécio Neves e Eduardo Campos estavam pleiteando a vaga de presidente pela primeira vez. Contudo, um acidente aéreo fez com que o candidato Eduardo Campos perdesse a vida, tirando-o da disputa eleitoral e abrindo espaço para Marina Silva, do mesmo partido, que até então era apresentada como a sua vice.

Com esse trágico evento, o projeto apresentado pelo PSB, que até então apresentava baixas porcentagens nas pesquisas eleitorais, tornou-se popularizado em todo o Brasil, colocando a candidata Marina Silva, que já havia concorrido à vaga pelo PV no ano de 2010, em iguais condições de disputa com os outros dois candidatos.

No dia 5 de outubro ocorreu o primeiro turno das eleições, tendo como resultado a liderança de Dilma Rousseff, com 41,59% dos votos, seguida de Aécio Neves, com 33,55% dos votos e Marina Silva, com 21,32% dos votos. Desse modo, como nenhum candidato alcançou sozinho a maioria dos votos, as eleições presidenciais passaram para o segundo turno, tendo a disputa somente dos dois candidatos mais votados.

A condição de segundo turno veio acompanhada de uma cada vez mais demarcada polarização político-ideológica, a qual já vinha se construindo desde a campanha eleitoral do primeiro turno, mas que se intensificou bruscamente no segundo. Os discursos caluniosos e de ódio foram se tornando cada vez mais comuns e ao final de todo o processo eleitoral, que culminou na reeleição de Dilma Rousseff, com 51,64% dos votos válidos, facilmente se constatou que o Brasil havia passado pela mais violenta campanha política desde a sua redemocratização.

É nesse clima de polarização e alto tensionamento que se inicia o movimento denominado “Fora Dilma”, o qual busca apresentar propostas para que a presidenta democraticamente eleita seja impedida de exercer o seu mandato. Logo após as eleições, esse movimento iniciou um grande esforço na busca da anulação, alegando que as votações foram fraudadas, disseminando diversas informações na rede mundial de computadores, a internet, e, mais precisamente, na rede social mais utilizada no Brasil: *Facebook*.

Passado o ano eleitoral, o movimento “Fora Dilma”, aproveitando-se da instabilidade política e econômica do país, ocasionada especialmente pela

descoberta de um imenso esquema de corrupção na maior empresa estatal brasileira, a Petrobrás, iniciou uma grande mobilização nacional para uma passeata no dia 15 de março de 2015, a qual reuniu milhões de brasileiros em todos os estados do Brasil e se caracterizou pelo denunciamento e o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Mesmo que o pedido de *impeachment* tenha sido considerado sem efeito jurídico, o movimento continuou pautando, principalmente nas redes sociais, a necessidade de as mobilizações ocorrerem, seguindo assim, uma série de outros eventos de mesmo propósito.

Nesse contexto de mobilizações civis é que nos debruçaremos em análise, buscando compreender quais são as vozes que ecoam nas manifestações “Fora Dilma”, quais os discursos norteiam a atuação dos manifestantes e quais os possíveis efeitos de sentido são pretendidos com estes, através da análise dos discursos coletados na rede social *Facebook*, a qual tem sido suporte para centenas de debates acerca da política nacional.

O método aplicado nesta pesquisa se filia à pesquisa qualitativa, buscando, muito mais do que observar a frequência de algum fenômeno, debruçar-se na observação atenta do objeto de estudo, tentando traduzir a partir dessa observação uma explicação do fenômeno social (MAANEN, 1979). Assim, houve a necessidade de observar os aspectos qualitativos do objeto de análise, considerando a materialidade da língua, entendendo “o como se diz, o quem diz, em que circunstâncias, etc.” (ORLANDI, 2005, p. 65).

A seleção do *corpus* de análise ocorreu através da coleta de imagens das manifestações do movimento Fora Dilma, publicadas em páginas de grupos que organizam as manifestações, bem como, foram coletadas imagens referentes a comentários publicados por usuários da rede social. A partir dessa coleta, foram categorizadas as imagens conforme a natureza de seus conteúdos, sendo: pedidos de *impeachment*, combate ao comunismo e pedidos de intervenção militar. Essas categorias foram elaboradas a partir da constatação de que tais conteúdos eram recorrentes nas manifestações e relevantes para o estudo. Por fim, foram selecionadas algumas amostras de cada uma das categorias para a composição do *corpus* de análise.

Com a delimitação do *corpus*, a análise foi possível, sendo justificada pelo fato de pretender apresentar um olhar científico, concentrado na materialidade do

discurso, em relação a um momento histórico conturbado e, muitas vezes incompreendido, que tem mobilizado brasileiros de todo o território nacional, pautando os meios de comunicação, as manifestações de rua, as redes sociais.

Por isso, considerando que o sujeito se constrói pela linguagem e esta é coletiva, social, consideramos não haver outro aporte senão o da Análise do Discurso (doravante AD) para que nos seja possibilitada a compreensão discursiva das manifestações organizadas pelo movimento “Fora Dilma”, objeto central a que nos propomos estudar.

Ao utilizarmos a AD, enquanto campo do saber ligado à linguística, centrada na análise da materialidade do discurso, não nos é pretensão apresentar o produto da análise como ponto final de significação de um discurso, pelo contrário, buscaremos através desta disciplina desconstruir os discursos, dissecá-los, buscando apresentar ao leitor uma análise possível através das marcas do discurso que nos permitem interpretar e significar, não ignorando a historicidade da linguagem, não pressupondo arrogantemente um produto definitivo, pois a AD nos propõe a refletir, analisar e descrever, assim como nos aponta Orlandi (2005, p. 9): “[a AD] nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem”.

Assim, nos importa não a língua fechada em si, como diversos ramos da Linguística se propõem a estudar, mas a relação da língua com a produção de sentidos, a utilização da língua enquanto prática social, o indivíduo tonando-se sujeito através da linguagem, as condições exteriores que constroem o discurso.

Por fim, nas páginas a seguir serão encontradas duas seções principais, sendo a primeira constituída pela explanação dos conceitos de linguagem, de relação entre linguagem e ideologia e de elementos da análise do discurso, os quais norteiam teoricamente a análise do *corpus*, e a segunda constituída pelos resultados da análise do *corpus*.

2 A LINGUAGEM EM ANÁLISE

É evidente que ao propormos uma análise fundamentada no discurso, a linguagem passa a ser o objeto primígeno deste trabalho. Contudo, não devemos permitir que, equivocadamente, o subjetivismo assuma o local de honra na observação da linguagem, pois há uma necessária questão de método que articula “teoria, consulta ao *corpus* e análise” (ORLANDI, 2005, p. 67), visando superar a mera e descompromissada interpretação de textos.

Assim, nas seções que seguem, exploraremos os conceitos fundamentais que são imprescindíveis para o desenvolvimento da AD, buscando compreender a relação entre língua e discurso, bem como, quais os elementos que o discurso carrega em si e que nos servirá de princípio para análise.

2.1 O INÍCIO DE UMA CIÊNCIA

Muito embora sejam inúmeras as tentativas de conceituar, ou mesmo, de apresentar um sentido possível ao termo discurso durante a história, e mesmo não sendo o nosso propósito dialogar com essas múltiplas memórias discursivas, debruçarmo-nos por alguns instantes sobre as noções de discurso que norteiam todo o estudo que aqui se apresenta é de caráter essencial para possibilitar um norte que nos guie à fruição de uma análise de discurso coerente.

Por assim ser, é relevante a compreensão dos estudos de Ferdinand de Saussure, que, embora não tenha publicado qualquer obra neste campo do saber, tem creditado a si a fundação de uma ciência da língua, a Linguística moderna, a partir da publicação da obra *Cours de Linguistique Générale* – Curso de Linguística Geral, em 1916, por dois de seus alunos, Charles Bally e Albert Sechehaye.

Ainda que não tenhamos em Saussure o conceito de discurso adequado ao nosso estudo, este é o responsável por avançar os estudos da linguagem superando os modelos existentes até então, “separando-se dos estudos históricos, da

psicologia, da filologia e literatura” (MARCUSCHI, 2008, p. 27) e, por isso, fundamental como peça introdutória a esta seção.

A teoria saussureana fundamenta-se em essência na exposição de quatro dicotomias, das quais exploraremos brevemente a relação dicotômica entre *langue* (língua) e *parole* (fala), por entendermos que servem como gênese dos estudos que abordaremos adiante.

Para Saussure, há uma distinção evidente entre o sistema linguístico, a língua em si, e esse sistema em uso, através dos usuários da língua. Conforme pode ser observado em seu Curso de Linguística Geral, há uma separação entre a língua e a fala, sendo que a primeira se constrói em um âmbito social e a segunda é compreendida dentro do âmbito individual. Nota-se com primazia que Saussure já considera a questão do fato social da linguagem considerando a língua enquanto elemento histórico, vejamos, pois, “a cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante, ela é uma instituição atual e um produto do passado” (SAUSSURE, 2006, p. 16).

Explorando melhor a relação da língua e linguagem na teoria saussureana, o autor ainda apresenta uma distinção clara entre os dois termos, sendo a linguagem uma faculdade do indivíduo, de natureza mais complexa, algo que envolve uma série de fenômenos psíquicos, fisiológicos e físicos e que tem em seus atos de linguagem revelada a língua. Saussure, para exprimir os seus conceitos apresenta o que chama de circuito da fala, buscando relacionar o processo de comunicação, entendido como um ato de linguagem, com a utilização da fala e da língua, assim o autor demonstra que se dois indivíduos iniciam um processo de interação verbal, o indivíduo que falará se utiliza de um processo ordenado em que inicialmente o conceito que deseja ser utilizado será correspondido a uma “imagem acústica” (signo linguístico) através de um fenômeno psíquico; essa imagem, através de um processo fisiológico, será produzida pelo aparelho fonador; em seguida, há a propagação das ondas sonoras, através de um fenômeno puramente físico, de um indivíduo a outro, o qual irá através do ouvido passar pelo mesmo processo, porém em ordem inversa, até que a imagem acústica seja decodificada e associada a um conceito (*Ibid.*, p. 19).

Nesse ato de linguagem, percebe-se a língua quando há o processo psíquico de codificação do conceito em signo e de decodificação do signo em conceito, sendo assim é possível inferirmos que a língua é um sistema de signos construído

coletivamente, uma vez que se o indivíduo consegue prover a associação do signo ao conceito e vice-versa, isso é só é possível pelo fato de que historicamente a língua se consolidou nos atos de linguagem pela humanidade que possibilitam ao indivíduo a apreensão dos conceitos no processo de conhecimento desta língua, isso é, o conceito que está no cérebro do indivíduo não surgiu de outro modo senão o do contato com uma língua que o antecede, que possui uma forma de consentimento coletivo de seus conceitos.

Isso posto, cabe-nos ainda considerar que Saussure se dedicou a inserir como objeto da Linguística o estudo da língua e não o da fala, pois, em sua concepção, a língua “é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade”, já a fala é “um ato individual de vontade e inteligência” (*Ibid.*, p.22), o que seria de difícil análise, uma vez que a fala é uma exteriorização da língua que é mediada pelo próprio indivíduo, o qual possui a capacidade de construir determinadas combinações dentro do código da língua para que consiga se expressar.

2.2 PERCEBENDO UMA LÍNGUA EM MOVIMENTO

Se em Saussure observamos que a Linguística deve concentrar os seus esforços no estudo da *langue*, inclusive proposto por ele uma Linguística da Língua em contraposição a uma Linguística da Fala, em nossa proposta de trabalho não há maior preocupação do que com a *parole*, aqui não entendida exatamente como o autor supracitado nos apresenta, mas sob um outro viés, que nos possibilitará divergir da afirmação de que a língua em prática é individual e de difícil análise, justamente compreendendo, através de uma proposta de discurso, em vez de fala, que não é outra coisa senão a materialização específica da própria língua.

Como nos ensina Orlandi, “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem” (2005, p. 15). Diante disso, a percepção de que o discurso se contrapõe ao conceito de língua se torna mais

evidente, justamente ao perceber que a prática da linguagem é a sua própria materialização, assim a língua, como já exposto, enquanto um sistema ligado a condições psíquicas, tanto dá suporte a sua materialização, passando do psíquico ao físico, quanto sofre transformações a partir desta, pois sendo o discurso uma prática social da linguagem, não há como desresponsabilizá-lo da produção de modificações.

Desta maneira, é importante a observação de que a linguagem se relaciona muito melhor com o verbo *estar* do que com o verbo *ser*, de modo que a linguagem *está* e não *é*. Assim, assumimos que não há em linguagem uma natureza estática, pelo contrário, sua natureza é dinâmica, uma vez que ela é contextual, histórica, ideológica, está ligada à organização social de um povo.

Desse modo, a nossa filiação às teorias do discurso nos permitem compreender que existem relações exteriores ao próprio texto que se dialogam para a formação dos sentidos, conforme poderemos observar nas seções que seguem.

2.2.1 A Arqueologia de Foucault

Foucault tem o discurso como um dos temas centrais em seus estudos. Para ele, a formação de um discurso só é possível pela ocorrência e existência de outros discursos e enunciados que, juntos, vão subsidiar a produção de um novo discurso. Ora, se consideramos até então que o discurso é a própria materialização da língua e esta se relaciona com convenções sociais, uma vez que se relaciona com a historicidade de um povo que a modifica, o discurso tampouco deixa de conter o seu aspecto histórico, social e simbólico.

Em face das razões apresentadas, a teoria foucaultiana apresenta uma arqueologia capaz de concentrar seus estudos em torno da construção dos discursos. Não atrelada à geologia ou à genealogia, como ocorre tradicionalmente, a arqueologia de Foucault é uma forma de analisar os discursos em vista de buscar entender como foi possível a sua formação, o que constitui os discursos, quais são os conhecimentos envolvidos, que enunciados cooperam em sua construção.

Sendo o discurso algo não isolado em si próprio, isso é, não fechado em

suas margens linguísticas, ele possui intrínseco à sua linguagem, aos seus signos, às suas palavras, um lado obscuro a ser descoberto pelo “arqueólogo”, ou seja, os elementos que constroem o discurso não são resumidos aos elementos frásticos e linguísticos. A linguagem encontrada em determinado discurso, por exemplo, não se apresenta somente em seus níveis sintáticos e semânticos, como se apenas um código preexistente fosse utilizado em cada situação obedecendo a determinadas regras que orientariam a uma ordem de produção linguística, mas se constitui ainda através de seus níveis extralinguísticos, assim, a análise deve extrapolar os limites da própria língua.

De acordo com Foucault, há como considerarmos o discurso enquanto “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Por isso, a teoria foucaultiana considera “o discurso como um conjunto de enunciados na medida em que eles provêm da mesma formação discursiva” (*Ibid.*). Nesse sentido, é possível verificarmos que os discursos podem se categorizar a partir de seus tipos, por exemplo, discurso político, discurso científico, discurso acadêmico, etc., a partir de uma categoria de locutores, como o discurso dos pais, o discurso dos médicos, o discurso dos policiais, e, ainda, a partir de uma função da linguagem, tal como o discurso prescritivo, o discurso argumentativo, entre outros.

Ao tratar de formação discursiva, Foucault apresenta um conceito central para a compreensão de como se produzem os discursos, pois, de acordo com o autor (2008), as formações discursivas estão intimamente ligadas à função social do enunciador. Por exemplo: um determinado sujeito ao enunciar enquanto militante do movimento estudantil estará buscando suporte em determinada formação discursiva, um conjunto de enunciados e de conceitos que irá colaborar para a formulação de seu discurso, entretanto, esse mesmo sujeito ao enunciar não mais como militante do movimento estudantil, mas como empregado de uma indústria, por exemplo, irá se utilizar de uma nova formação discursiva.

Essa relação da produção de um discurso com as condições do sujeito, chamada de formação discursiva, está para Foucault como uma forma de “contornar as unidades tradicionais como teoria, ideologia, ciência, para designar conjuntos de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras,

historicamente determinadas” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 241). A respeito do conceito de formação discursiva, tornaremos a discorrer mais adiante.

Tomando como verdadeiras as observações sobre o discurso postas até aqui, Foucault (*Ibid.*, p. 193) afirma que

A arqueologia, ao invés de considerar que o discurso é feito apenas de uma série de acontecimentos homogêneos [...], distingue, na própria densidade do discurso, diversos planos de acontecimentos possíveis: plano dos próprios enunciados em sua emergência singular; plano de aparecimento dos objetos, dos tipos de enunciação, dos conceitos, das escolhas estratégicas [...]; plano da derivação de novas regras de formação a partir de regras já empregadas - mas sempre no elemento de uma única e mesma positividade; finalmente, em um quarto nível, plano em que se efetua a substituição de uma formação discursiva por outra.

Por esse viés, pode-se compreender que através da arqueologia de Foucault é possível verificar diversos níveis que constituem um discurso. Dessa maneira, o discurso é posto em uma análise que verificará o próprio discurso em seu surgimento, levando-se em consideração a época em que este foi produzido, os contextos que influenciaram em sua produção, o veículo que o suportou, os elementos que formam o enunciado, observando-se as relações com outros enunciados, as mediações ideológicas, os elementos semânticos e sintáticos, os objetivos da enunciação, os conceitos utilizados, a temática envolvida e o efeito de sentido desse discurso.

Assim, a arqueologia não está preocupada com a verdade presente nos discursos, mas sim, se preocupa em analisar quais são os enunciados que subsidiam a formulação de um novo discurso, como e porque são feitas determinadas escolhas lexicais, que ideologias permeiam os enunciados e demais elementos que fazem possível o discurso.

Portanto, cada discurso carrega consigo marcas não explícitas de ideologia, de escolhas lexicais e semânticas estratégicas, de relações com outros discursos e enunciados, de conceitos sobre o objeto da enunciação.

Desse modo, os discursos se constituem em torno de seu contexto de produção, tecendo-se, à época em que são produzidos, com outros discursos e enunciados que colaboram para a formulação deste. O objeto de saber explorado pelo discurso é então ressignificado a partir de novas formulações que podem ou não serem aceitas pela sociedade ou parte dela.

Então, é possível compreender que os discursos, assim como os sujeitos, são influenciados pela época em que são produzidos, pelo momento histórico e pela

sociedade que, através de outros discursos, possibilitam a formulação de um discurso novo, dando a esse um julgamento em relação a seu status de verdade.

2.2.2 Discurso e Ideologia

Como visto na teoria apresentada no tópico anterior, o discurso carrega consigo uma série de elementos que fogem à própria construção frástica e às próprias palavras, dentre esses, o elemento central na formação do discurso é a ideologia, que serve como mediadora na construção do discurso de um ou outro modo.

É evidente que o debate acerca do conceito de ideologia e as diversas formas de definição conceitual apresentadas ao longo da história não convergem, existindo diferenças notórias entre diversos autores. Contudo, e embora exista uma série de autores que exigem a morte da ideologia, adotaremos o que expõe Althusser no desenvolvimento de uma teoria das ideologias, onde “ideologia representa uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência” (ALTHUSSER, 1970, p. 77) e “tem uma existência material” (*Ibid.*, p. 83) que se concretiza através dos aparelhos e das práticas.

Como versa Orlandi (2012, p.83-84), “a materialidade específica da ideologia é o discurso e materialidade específica do discurso é a língua, estabelecendo a relação material da língua com a ideologia”. Logo, a influência ideológica na produção discursiva não é descartável, pois o discurso é a sua própria materialização.

Para Bakhtin (2006) os produtos ideológicos, diferentemente de um simples corpo físico, são sempre portadores de signos, uma vez que estes estão relacionados a outras realidades. Ou seja, um corpo físico está limitado a sua própria natureza, enquanto o produto ideológico foge às suas características internas e relaciona-se com realidades exteriores. Ainda mais, o autor defende a ideia de que não se pode descartar a possibilidade de qualquer corpo físico ser convertido e tornar-se dotado de sentido ideológico. Há nesse caso, que se fazer a distinção entre o signo e o corpo físico, sabendo quando que cada um deles está em

operação, por exemplo, uma bandeira é um simples corpo físico que cumpre a função de tornar-se símbolo, entretanto ao carregar a cor branca em meio a uma guerra ela é dotada de um signo, de um valor ideológico.

Dessa maneira, há como compreender que “ao lado dos fenômenos naturais, do material tecnológico e dos artigos de consumo, existe um universo particular, o universo de signos” (BAKHTIN, 2006, p. 30). Os signos que aqui são retratados estão mutuamente presentes com o campo ideológico, e cada elemento natural, cada corpo físico está propício a receber parte desse universo de signos.

O signo, ou produto ideológico, é um fenômeno e, como tal, possui a sua materialidade por ser um fragmento da realidade. Desse modo, o estudo dos signos, bem como o estudo de seu material ideológico não só é possível como necessário para que possamos apreender as relações dos signos com o mundo e suas influências em opiniões, formações de novos signos, importâncias para determinadas realidades, etc.

Bakhtin afirma ainda que um signo só é possível a partir da existência de uma unidade social, isso é, somente em um grupo socialmente organizado é que se pode constituir um signo, sendo assim, um único sujeito em sua própria consciência individual não poderá constituir um signo. Pelo contrário, a consciência é uma construção ideológica, sem a organização social e a elaboração de signos a consciência passa a ser somente “o simples ato fisiológico [...] desprovido do sentido que os signos lhe conferem” (BAKHTIN, 2006, p. 34).

Por esse viés compreende-se que os fenômenos ideológicos estão acima da consciência, a qual é formada pelos signos sociais. A partir disso, podemos inferir que é através da interação social que se constitui a consciência, portanto, a comunicação está vinculada de modo direto aos fenômenos ideológicos. Dessa maneira, sendo a interação social a responsável por estabelecer socialmente os signos, encontra-se na palavra o veículo da ideologia, uma vez que tal interação só é possível através da comunicação.

Como versa Bakhtin (2006, p. 35), “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência”. Portanto, para a compreensão dos signos e de seus fenômenos ideológicos, é necessário o estudo através das palavras. Não se pode dizer que o verbal substitui qualquer signo por completo, por exemplo, não há como substituímos por palavras uma composição musical, contudo todos os signos são referenciados e carregam as palavras para a formação e complementação de seu

significado.

2.3 O DISCURSO SOB ANÁLISE

Ao possibilitarmos a percepção da natureza material do discurso, possuindo a clareza de que este é suscetível a ser posto como objeto de análise, admitiremos ainda alguns elementos constituintes do discurso, os quais serão adotados para a análise proposta neste trabalho e são apresentados a seguir.

2.3.1 Condições de Produção

Algo fundamental na Análise do Discurso é a percepção de que um discurso não é um enunciado vazio no espaço e no tempo, muito pelo contrário, esses fenômenos dialogam com os sujeitos para a produção de sentidos, o discurso é produzido com intenções e se apresenta em determinadas situações de comunicação, sejam elas uma inocente conversa em uma mesa de bar, um juiz relatando uma sentença, um livro sendo lido, uma placa simbolizando que uma vaga de estacionamento está reservada a idosos, dentre tantas outras situações possíveis. Dito em outras palavras, os discursos ou os dizeres “são efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender” (ORLANDI, 2005, p. 30).

A essas condições determinadas que aponta Orlandi é que se atribui a possibilidade do dizer, do interpretar e do fazer-se entender, isso é, tais condições tanto possibilitam a produção do discurso, quanto possibilitam a produção dos efeitos de sentido.

Para Charaudeau e Maingueneau, “a noção de condições de produção do discurso substituiu a noção muito vaga de “circunstâncias” nas quais um discurso é produzido, para explicitar que se trata de estudar nesse contexto o que condiciona o

discurso” (2014, p. 114), assim, não mais se considera apenas o contexto imediato do discurso a ser analisado, chamado por Orlandi de circunstâncias da enunciação, isso pois para a AD a consideração limitada a esse imediatismo de contexto não basta na busca da compreensão da produção dos efeitos de sentido de um discurso.

De modo sucinto, considerar a existência de condições de produção é aceitar o fato de que os sujeitos em situações de comunicação se utilizam de diversos outros elementos que fogem a internalidade, assim, um enunciador ao produzir um discurso se relaciona com outros dizeres já produzidos e que fazem parte de sua formação discursiva, ele escolhe o que será dito e deixa de dizer algo que também poderia ser dito, além de que o sujeito assume uma posição construída socialmente (sujeito amigo, sujeito mãe, sujeito político, sujeito policial, etc.). Isso tudo está relacionado com a produção de sentidos, mas ainda somam-se outros elementos como as condições de produção de efeito de sentido para o sujeito que interage nessa situação de comunicação, o receptor ou interlocutor, o qual também relacionará o discurso produzido pelo enunciador com as suas próprias vivências e a sua formação discursiva.

Isso significa superar o modelo construído por Jakobson, muito difundido nos estudos de comunicação, onde se apresenta, a grosso modo, um emissor que transmitirá uma mensagem, através de um canal (diálogo, jornal, e-mail, etc.), por um código (língua), a um receptor que decodificará a mensagem. Tal superação da teoria construída por Jakobson se faz necessária, pois em seus estudos o autor desconsidera, por exemplo, que existe o assalto de turno, que a interpretação não está apenas condicionada aos ruídos (fatores que prejudicam a recepção da mensagem), que existe uma relação de classes, que o sentido é produzido coletivamente.

Como nos apresentam Charaudeau e Maingueneau (2014) ao tratarem de como Pêcheux modificou o esquema de comunicação proposto por Jakobson, os polos emissor e receptor são substituídos “por um dispositivo em que as situações objetivas do locutor e de seu interlocutor são desdobradas em representações imaginárias dos lugares que um atribui ao outro”, sendo que “as relações entre os lugares não constituem comportamentos individuais (...), dependem da estrutura das formações sociais e decorrem das relações de classes” (*Ibid.* 2014). Ou seja, os lugares estão relacionados ao processo de interação verbal, um determinado locutor, ao se assumir enquanto determinado sujeito no processo de interação, não deixa de

considerar o sujeito que se assume enquanto seu interlocutor e, a partir disso, uma série de outros elementos tem pertinência, o que poderíamos discorrer através de dezenas de parágrafos, mas que não é a nossa pretensão, por isso nos limitaremos em considerar que em um processo de interação verbal tanto locutor, quanto interlocutor assumem um posicionamento de sujeitos, construído social e historicamente e está relacionado com a organização social.

Junto a essa noção de condições de produção de que estamos tratando, há outros conceitos-chave que complementam a compreensão, os quais veremos no tópico a seguir.

2.3.2 Interdiscurso e Memória Discursiva

Se até aqui temos repetido diversas vezes que o discurso é histórico, social e ideológico, e conseguimos perceber que existem condições de produção que se relacionam com essa natureza do discurso, não há como deixarmos de lado ao menos um breve aprofundamento a respeito de dois elementos fundamentais para a Análise do Discurso: interdiscurso e memória discursiva.

Muito embora tais conceitos possam ser confundidos em diversos momentos, discorreremos os seus conceitos baseados principalmente nas produções de Orlandi (2005), para que seja possível distinguir e compreender a natureza desses elementos e de que modo eles se revelam ao analista do discurso.

Primeiramente, ao verificarmos que o discurso é a palavra em curso, em movimento, temos que o interdiscurso é o movimento do próprio discurso, isto é, a produção dos discursos, por ser social, se apresenta no discurso de diversos sujeitos. Desse modo, um sujeito ao enunciar resgata, mesmo que em um processo inconsciente, já-ditos que fazem parte de sua memória discursiva.

Assumindo esse posicionamento, devemos admitir que o discurso não pertence ao sujeito e que não é genuíno, pois a produção discursiva de determinado sujeito se relaciona com diversos outros discursos na busca da produção de sentidos, e é essa relação que denominamos interdiscurso. Por isso, “todo discurso é atravessado pela interdiscursividade, tem a propriedade de estar em relação

multiforme com outros discursos, de entrar no interdiscurso” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 286).

Sendo assim, o próprio conceito de memória discursiva se expõe naturalmente, pois se nos utilizamos de já-ditos em outros momentos históricos, em outros espaços, por outros sujeitos, somente através de nossas memórias discursivas é que nos possibilitamos relacionar e significar.

Para exemplificarmos, consideremos uma placa branca que apresenta a silhueta de uma tartaruga na cor preta sobreposta por uma circunferência vermelha entrecortada por uma linha de mesma cor no sentido diagonal. Para a maioria dos sujeitos, o significado produzido por tal objeto seria bastante semelhante: proibido tartarugas. Percebe-se que, embora seja incomum encontrarmos avisos proibindo tartarugas em determinado local, é possível um efeito de sentido semelhante a qualquer interlocutor, uma vez que este resgata em sua memória discursiva um sentido socialmente construído para a circunferência entrecortada na diagonal, o sentido de proibido. Assim, por já possuir em sua memória discursiva outras situações em que o símbolo de proibido é comumente utilizado, como em proibido estacionar com a silhueta da letra E, em proibido fumar com a silhueta de um cigarro ou em proibido sinal sonoro com a silhueta de uma buzina, por exemplo, mesmo que a silhueta utilizada represente algo que incomumente seja proibido, o efeito de sentido é possível.

Além dessa questão, é interessante observar que a memória discursiva está relacionada ao tempo e ao espaço do sujeito, por isso é comum nos depararmos com situações em que uma pessoa de idade mais avançada utiliza determinada palavra relacionando-a com determinado significado e uma outra pessoa mais jovem utiliza o mesmo vocábulo, mas com outra acepção, o mesmo fenômeno comumente ocorre com determinados vocábulos utilizados por sujeitos de diferentes regiões geográficas. Basta observarmos, por exemplo, o termo “mensalão”, o qual até há poucos anos pertencia à formação discursiva de pouquíssimos brasileiros, uma vez que este é o nome dado a uma das formas de recolhimento do imposto de renda, entretanto com os escândalos políticos veiculados em 2005, a respeito de um esquema ilegal de repasse de verbas em troca de apoio político, o termo foi adotado amplamente por toda a mídia nacional, através das denúncias do também envolvido Deputado Federal Roberto Jefferson que utilizou o termo para se referir ao esquema. Desse modo, um termo antes restrito a setores de contabilidade e a poucos

cidadãos que recolhem imposto de renda, tornou-se popular a praticamente todos os brasileiros, mas ressignificado.

Por isso, a memória discursiva pode ser encarada como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2005, p.31). Para além do exposto, a memória discursiva ainda pode ser compreendida dentro do espaço textual de um discurso, constituindo-se no plano intratextual, pois dentro de um discurso o locutor pode a qualquer momento voltar a se referir a um enunciado já dito, bem como o interlocutor muitas vezes deve lembrar algum enunciado já dito para que possa compreender a significação, por isso há uma relação de troca entre os interlocutores, uma espécie de compartilhamento de saberes (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 325).

Nascemos na linguagem e isso nos coloca na posição de resgate das memórias discursivas para a produção de nossos dizeres. De outro lado, ao nos apropriarmos de uma linguagem e produzirmos sentidos, estamos também contribuindo para a memória discursiva, mas os sentidos anteriores são sempre recuperáveis, mesmo com novos sentidos sendo produzidos.

Para elucidar melhor esses conceitos, tomemos como exemplo uma sala de aula com 20 estudantes e um professor, onde está sendo lecionada uma aula sobre materialismo histórico em um curso de Ciências Sociais. Ao ministrar uma aula, o indivíduo assume uma posição de sujeito, o sujeito professor, ele toma para si uma série de formações discursivas que o credibilizam para produzir um discurso a respeito de um tema, ele é respaldado por uma categoria profissional, por um sistema educacional e institucional, pelas relações de classes de sua sociedade e, através da linguagem, consegue apresentar a um grupo de estudantes conceitos a respeito do materialismo histórico e busca incessantemente reiterar os seus ditos, buscando criar margens para a interpretação que é feita pelos outros sujeitos (os estudantes).

Ao produzir o discurso, não é o professor quem diz, mas enquanto sujeito ele busca os já-ditos em outros espaços e momentos históricos, ele se utiliza dos dizeres encontrados nos livros que ele leu durante a sua graduação, se utiliza dos dizeres dos congressos que participou enquanto professor, se utiliza de uma ideologia que mediará a forma como produzirá seu discurso, ele escolhe o que será dito ou não dito, se utiliza do discurso pedagógico, do discurso científico, entre

outros, e são nestes pontos de entrecruzamento dos saberes, dos já-ditos, das diferentes formações discursivas é que encontramos o interdiscurso, sendo uma articulação de diferentes saberes para a produção de um sentido. Ou seja, neste ambiente acadêmico em que o professor leciona e tem o dever de mediar o conhecimento científico, o sujeito professor se relaciona com suas condições de produção, se utiliza de suas memórias discursivas para tratar de conceitos e produz interdiscursividades.

Além do professor, há ainda os estudantes, cada qual com suas vivências e com suas formações discursivas próprias, assim não há como em uma sala de aula todos produzirem a mesma interpretação e apreensão de sentidos, pois cada sujeito carrega consigo a sua forma de interpretar e significar. Por isso, é tão comum na enunciação a reiteração, a exemplificação, o detalhamento. O professor ao perguntar aos estudantes se todos entenderam, ao explicar novamente um conceito com outras palavras, ao dizer “isso é”, “dito de outro modo”, etc. quer buscar a minimização dos conflitos existentes para a produção de sentidos, porém minimizar significa assumir que os conflitos existem e sempre existirão, pois a linguagem é interpretativa e a significação não se dá homogênea entre os interlocutores.

Portanto, fica claro que há no discurso uma relação que extrapola os limites do próprio sujeito, porque embora o sujeito seja o protagonista do que está sendo dito, isso só é possível pela historicidade do discurso, a qual aliada à ideologia, constitui o dizível, produz a significação. Assim, como nos ensina Orlandi, “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua” (2005, p. 32).

Compreendendo a relação do sujeito com os já-ditos, pertencentes ao campo da memória discursiva, há também que se considerar o esquecimento do sujeito do discurso. Se o interdiscurso nos sustenta com a base do que é dizível, só o faz por reunir os já-ditos que passaram a pertencer ao anonimato antes de produzir sentidos nos dizeres de um sujeito. Assim, temos que os sentidos das palavras precedem a utilização delas, contudo a origem de seus sentidos pertence a uma memória esquecida.

2.3.3 Esquecimentos no discurso

O sujeito ao enunciar, como já vimos, resgata de sua memória discursiva as palavras, organizando-as conforme a necessidade comunicativa e considerando as condições de produção para que se faça significar. Entretanto, nem sempre o sujeito possui consciência de que a significação do discurso é possível graças a ideologia e que o que é dito sempre pode ser dito de outro modo.

Por isso, Orlandi, baseada em Michel Pecheux, apresenta dois esquecimentos: o esquecimento enunciativo e o esquecimento ideológico (2005, p. 35). O esquecimento ideológico está relacionado à instância do inconsciente, tornando o sujeito capaz de acreditar ser o formulador inicial do que diz, quando este apenas retoma sentidos já produzidos anteriormente. Os sentidos se manifestam no sujeito de acordo com as suas inscrições ideológicas, de suas experiências simbólicas com o mundo e de sua relação com a história e a sociedade. A linguagem, a história e os sentidos existem antes do sujeito se tornar sujeito, mas esse esquecimento de que algo já foi dito é fundamental para que o sujeito se reconheça como tal. Assim, “suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras” (ORLANDI, 2005, p. 36).

Já o esquecimento enunciativo está relacionado com a própria enunciação e se apresenta de modo tal que ilude o sujeito a acreditar que o modo de dizer é indiferente para a produção de sentidos. Com esse esquecimento, o sujeito muitas vezes não tem a consciência de que o seu dizer poderia ser feito de diversos outros modos, tendo a falsa sensação de que a única forma de produzir sentido é com aquele dito e não com outro, estabelecendo uma relação, considerada natural, entre a palavra e o referente. De acordo com Orlandi, “não há relação direta entre a palavra e a coisa, o que há é a construção discursiva do referente” (2012, p. 152).

2.3.4 Paráfrase e Polissemia

Sendo o discurso uma forma de reiteração de outros discursos – pois o sujeito ao enunciar, mesmo tendo a sensação de ser o possuidor de seu próprio discurso, recupera sentidos já constituídos historicamente – mas ao mesmo apresentando possibilidades de ressignificações, temos nessa relação de tensão entre o mesmo e o novo a condição da linguagem, que está sempre incompleta.

Como exposto, os discursos se sustentam na base do dizível, isso é, na memória discursiva, nos sentidos já produzidos, e a esse fenômeno da linguagem denominamos paráfrase. De acordo Orlandi, “paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo” (2005, p. 38), assim temos na paráfrase uma relação de estabilidade da língua, a qual permite aos sujeitos acessarem o espaço do dizível, produzindo formulações diversas dos dizeres já constituídos.

Em Charaudeau e Maingueneau, o conceito de paráfrase pode ser relacionado com o conceito de heterogeneidade constitutiva, pois entendem estes que os discursos raramente são homogêneos, pois, para além das questões de heterogeneidade mostrada, presente nas construções frásticas, paratextuais e semânticas, os discursos apresentam a “presença de discursos "outros" –isto é, atribuíveis a outra fonte enunciativa” (2014, p. 261). Diferentemente do que se mostra explícito em um enunciado, como nas citações diretas entre aspas ou então na referenciação de uma fonte enunciativa citando-a, os processos parafrásticos nem sempre são explícitos, visíveis, mas estão sempre presentes nos discursos.

Pêcheux, percebendo a presença do interdiscurso como fundamental na enunciação, bem como referendando a concepção de ideologia de Althusser, afirma que

o próprio de cada formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que aí se forma, a objetividade material e contraditória do interdiscurso, determinando essa formação discursiva como tal, objetividade material que reside no fato de que 'isto fala' sempre antes, alhures, ou independentemente, isto é, sob a dominação do complexo das formulações ideológicas (apud., CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 262)

Temos então que o que produz significado é “determinado pelo trabalho da memória, pelo saber discursivo, ou seja, aquilo que já faz sentido em nós. O recorte significativo da situação – o que é relevante para o processo de significação – é determinado pela sua relação com a memória” (ORLANDI, 1995, p. 15).

Assim, se a paráfrase nos dá a condição de significar através de um saber discursivo, pela repetição dos sentidos já produzidos, a polissemia é o que possibilita a transformação, a inovação, a criatividade. Mesmo que exista uma ligação que não é extingüível entre a paráfrase e a polissemia, a transformação dos sentidos é fundamental para que se exista discurso e interdiscurso, pois é pela transformação que se dá o movimento. Assim, a polissemia trabalha com a condição de incompletude da linguagem, compreendendo que os discursos e os sentidos nunca estão acabados.

3 PERSPECTIVAS DISCURSIVAS SOBRE O MOVIMENTO FORA DILMA

O *corpus* de análise deste trabalho foi constituído através da seleção de algumas publicações em diversas páginas disponíveis na rede social *Facebook*, dentre elas a “Movimento Brasil Livre” e a “Revoltados Online”, que pertencem a grupos que se organizam como personalidade jurídica, e a “Fora Dilma”, que é apenas uma página virtual, sem registro civil. Como tal rede social possibilita uma incontável quantidade de material potencial como objeto de análise, os excertos que serão analisados correspondem a uma breve seleção baseada em conteúdos de maior relevância.

Para que seja possível a análise dos excertos escolhidos, é necessário que sejam retomados alguns aspectos importantes que se relacionam com a série de manifestações “Fora Dilma”.

Inicialmente, é importante ressaltar que as siglas PT e PSDB lideram as eleições presidenciais há mais de 20 anos em nosso país. O PT ainda mais, pois ainda em 1989, o lançamento da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República o fez alcançar o segundo lugar nas eleições, perdendo para Fernando Collor de Mello (PRN), a mesma colocação a Lula foi conquistada nas eleições de 1994 e 1998, perdendo em ambas as eleições para Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a partir disso, todas as demais eleições tiveram a vitória do PT, mas sempre apresentando como o segundo candidato mais votado um candidato do PSDB, como ocorreu em 2002 e 2006, que correspondem à eleição e à reeleição de Lula, e também nos anos 2010 e 2014, eleição e reeleição de Dilma.

A compreensão do tensionamento entre esses dois partidos políticos é importante para que sejam observadas as linhas ideológicas assumidas por cada um. O PT, Partido dos Trabalhadores, é um partido político que nasceu dos movimentos de trabalhadores, declarado como partido de esquerda e socialista, entretanto, deve-se observar que o PT é um partido que se segmenta em diversos grupos internos, chamados de correntes, dentre os quais, diversas linhas teórico-filosóficas são utilizadas, fazendo com que cada corrente tenha aspectos ideológicos próprios. Além disso, o posicionamento adotado pela corrente CNB (Construindo um Novo Brasil), que é majoritária dentro do partido e à qual pertencem Lula e Dilma, de

iniciar um processo de ruptura com o modo de produção capitalista e de adotar algumas práticas defendidas pelo neoliberalismo, fizeram com que o PT passasse a ser visto por outros partidos de esquerda e, até mesmo, por correntes internas do próprio partido, como um partido de centro-esquerda, não mais visto como socialista, mas como social-democrata. Apesar das contradições, o PT, junto a outros partidos socialistas, historicamente tem apoiado e feito parte dos mais diversos movimentos sociais do país, como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a UNE – União Nacional dos Estudantes, a CUT – Central Única dos Trabalhadores, dentre outros.

Por outro lado, o PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira, embora se apresente enquanto partido de centro-esquerda, fundado sob a doutrina socialista da social-democracia, demonstra em sua história uma ligação forte com os setores burgueses e conservadores do Brasil, adotando diversas práticas da doutrina neoliberal e se opondo abertamente a diversos movimentos sociais populares brasileiros.

Tendo essa compreensão, que é de suma importância para a significação deste trabalho, nos tópicos a seguir serão descritas as análises dos excertos destacados.

3.1 DO MACRO AO MICRO: GUERRA FRIA NO MICROESPAÇO DE UMA NAÇÃO

Se for considerada a historicidade da humanidade em um tempo cronológico, é possível afirmar que é muito recente a superação do estado de bipolaridade que predominou no mundo por mais de 45 anos, desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, até o início da década de 1990, quando houve a dissolução da União Soviética.

A polarização do mundo ocorreu pelos aspectos de contradição entre os sistemas comunista e capitalista, sendo este representado, principalmente, pelos EUA e aquele pela URSS. A falta de confluência no jogo de interesses das duas potências, que buscavam expandir os seus sistemas e se fortalecer em um período pós-guerra, fez a humanidade mergulhar em um período histórico de grandes

embates ideológicos de defesa de diferentes modelos de sociedade, ocasionando a Guerra Fria, “que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar”, conforme observa Hobsbawn (1995, p.223).

Com essa breve lembrança de nossa história, aponta-se para um potencial efeito de sentido provocado por determinadas manifestações do movimento “Fora Dilma”, mas ao fato da bipolaridade ainda se somam diversos outros, os quais serão apresentados a partir da análise das figuras expostas a seguir.



Figura 1: Manifestação em 15/3/2015. Fonte: Revoltados Online



Figura 2: Manifestação em São Paulo - SP. Fonte: Revoltados Online

As imagens aqui apresentadas foram escolhidas por representarem um discurso comum ao conjunto de manifestações do movimento “Fora Dilma”. Mesmo sem a necessidade de uma análise mais aprofundada, fica muito evidente nas imagens apresentadas pelas Figuras 1 e 2 que uma das preocupações apresentadas pelos manifestantes é um determinado combate ao sistema comunista no Brasil.

Ambas as imagens são apresentadas a partir de um contexto de produção coincidente: manifestações civis contra o governo Dilma. Assim, os sujeitos enunciadorees do discurso se posicionam ideologicamente, apresentando uma rejeição à presidência exercida pelo PT, através de Dilma Rousseff, mas relacionam esse mesmo governo a um suposto sistema comunista. A utilização da cor vermelha em ambos os casos nos remetem a uma memória discursiva que indica a adoção dessa cor pelos partidos comunistas em todo o mundo, contudo, relativiza-se ainda a cor historicamente atribuída aos movimentos de esquerda e ao próprio Partido dos Trabalhadores, que também adotou o vermelho como cor principal.

Ao tratar do combate ao comunismo, esses discursos remetem às diversas memórias discursivas que estão presentes na vida de boa parte dos brasileiros. No período histórico em que o mundo viveu a Guerra Fria, o Brasil se colocou à disposição dos interesses estadunidenses em combater veementemente a expansão do comunismo, tornando o Partido Comunista do Brasil, na época sob a sigla PCB, ilegal a partir do ano de 1947, no governo de Eurico Gaspar Dutra. Além disso, o compromisso com os EUA fez com que o governo da época determinasse intervenção em diversos sindicatos, rompesse as relações diplomáticas com a União Soviética e, em 1948, cassou o mandato de todos os políticos pertencentes ao PCB (PANDOLFI, 2015).

Por isso, uma série de medidas anticomunistas foram tomadas a fim de que os ideais revolucionários não pudessem mais serem perpetuados em solo brasileiro. Essa postura, que mais tarde seria corroborada por 21 anos de ditadura civil-militar no Brasil, fez com que a propaganda anticomunista e a utilização dos aparatos ideológicos do Estado influenciassem profundamente o imaginário do povo brasileiro, criando ressignificações ao termo comunismo.

Se até então o Partido Comunista do Brasil era a quarta maior força eleitoral do país, responsável pelo segundo senador mais votado, o senador Luis Carlos Prestes (*Id.*, 2015), a partir da propagação do combate ao comunismo neste período e no período da ditadura e da sua clandestinidade, a significação do que é comunismo imbuiu-se de sentidos negativos, relacionados à intolerância religiosa, à antidemocracia, à exploração de crianças, à pobreza, à privação de liberdade e outros.

Assim, as figuras apresentadas buscam reavivar os sentidos produzidos ao longo de décadas no Brasil, instaurando uma sensação de medo a algo que é supostamente perigoso para a nação e que deve ser combatido: o comunismo. Aqui é possível compreender as vozes que ecoam no discurso, uma vez que a propagação do anticomunismo ocorrido no Brasil se deu a partir das relações de grupos brasileiros ligados ao governo dos EUA e, ainda, aos filiados às doutrinas liberais, contrárias aos sistemas que visam superar o capitalismo. Tais grupos são notadamente formados pela burguesia brasileira e por grupos conservadores, grupos de grande poder político, econômico e midiático, por isso, através do resgate de uma memória discursiva de combate ao sistema comunista, retomam-se os dizeres já constituídos em um passado recente da história do Brasil e do mundo. Contudo,

neste momento a utilização dos já-ditos ressignificam em um momento histórico diferente, que apresenta um sistema democrático em nosso país e um mundo sem bipolaridade.

Corroborando com essa análise, destaque-se o enunciado da Figura 2: “NÃO À DITADURA COMUNISTA NO BRASIL”. A negação de uma suposta “ditadura comunista” infere que, pelo inverso, há a defesa de uma democracia capitalista para o nosso país. Assim sendo, o discurso apresentado visa posicionar o interlocutor de forma a que ele acredite que a “democracia” e o “capitalismo” estão sendo colocados em risco no Brasil e que, por isso, o povo deve manifestar. Assim, novamente a memória social é ativada e trazem à tona o período sangrento da ditadura civil-militar brasileira, conhecida como “os anos de chumbo”. Somando ao efeito de sentido, a palavra Brasil aparece na cor vermelha com diversos pingos, representando sangue, buscando construir o significado de que o país está sangrando, está doente, está morrendo, por causa de uma suposta ditadura comunista que está sendo instaurada pelo governo do PT.

O avanço da propaganda anticomunista nas manifestações “Fora Dilma” também é refletido nos comentários das redes sociais, como pode ser observado na seguinte figura:

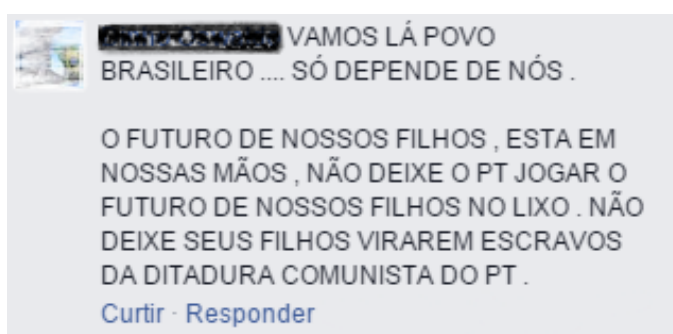


Figura 3: Comentário em publicação da página. Fonte: MBL – Movimento Brasil Livre

A Figura 3 se refere a um comentário feito por um dos inscritos da página MBL e se relaciona a uma publicação da própria página, uma das principais páginas da organização dos atos e eventos do movimento “Fora Dilma”. Nesse comentário, é explícito novamente que existe a reprodução de um discurso anticomunista, o qual se utiliza de uma função conativa da linguagem para persuadir o interlocutor a acreditar na “ameaça comunista” a que o Brasil estaria submetido. A utilização dos

verbos no imperativo, somado aos elementos emocionais trazidos pela imagem “de nossos filhos”, e a relação destes com o sofrimento, caracterizam tal função da linguagem.

A partir da observação dessa recorrente estratégia de ataque ao sistema comunista, é possível compreender a materialidade discursiva, a qual produz sentidos para este movimento criado em contraposição ao governo de Dilma Rousseff, mas que pela interpolação ideológica materializa ainda a defesa de um modelo de sociedade que é defendido pelos grupos que organizam tal movimento, notoriamente aliados às tendências conhecidas como direita. Assim, um movimento que se lança como oposição a um governo com a justificativa da luta contra a corrupção, produz uma série de discursos que extrapolam a defesa do zelo pelo erário, silenciando diversas políticas sociais consideradas progressistas e de caráter popular que têm sido aplicadas no país nas gestões presidenciais lideradas pelo PT e partidos aliados, isso se torna ainda mais evidente ao observarmos a Fig. 1, onde é possível observar os seguintes dizeres: “DILMA + LULA + PT = COMUNISMO + CORRUPÇÃO FORA JÁ!!”, o enunciado apresentado pelos manifestantes foi alterado posteriormente à confecção da faixa, sendo que “+ CORRUPÇÃO” claramente foi escrito manualmente, isso é, a preocupação inicial era apenas com o comunismo que, supostamente, é representado por Dilma, Lula e pelo próprio PT. Tais discursos acabam por reproduzir em uma escala menor a mesma sensação de instabilidade e de polarização ocorrida no período histórico em que se vivenciou a chamada Guerra Fria.

3.2 O RESGATE INGLÓRIO DE UMA LUTA POPULAR

Além dos frequentes ataques aos movimentos que se filiam às ideologias defensoras dos sistemas socialista e comunista, é importante ressaltar que a titulação do próprio movimento “Fora Dilma” se inscreve através da paráfrase de um evento histórico do Brasil, que foi o processo de *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello, atual Senador da República.

No ano de 1989, Fernando Collor de Mello foi eleito presidente da República

do Brasil através do voto direto, o que não ocorria desde o ano de 1960. “Com a eleição de Collor, parecia enfim efetivada a demanda central da campanha das Diretas Já e do movimento pela democratização do país” (SALLUM JR.; CASARQUES, 2011), entretanto algumas medidas administrativas e as constantes acusações de corrupção, enfraqueceram a popularidade e a força política do então presidente, o qual foi acusado em maio de 1992 de envolvimento em um esquema de corrupção, que estaria sendo gerenciado por Paulo César Farias, o PC Farias, tesoureiro de sua campanha eleitoral.

Tal acusação, realizada pelo próprio irmão do presidente, Pedro Collor de Mello, desencadeou uma série de manifestações em diversas regiões do Brasil, protagonizadas por jovens que saíam às ruas vestidos com roupas pretas e com os rostos pintados com as cores verde, amarelo e preto, demonstrando luto pela nação e exigindo o *impeachment* do presidente da época. Tal movimento ficou conhecido como Caras-Pintadas e apresentava o enunciado “Fora Collor” como o principal tom das manifestações.

Com a pressão popular dos Caras-Pintadas, o Congresso Nacional se viu demandado a abrir o processo de *impeachment* do Presidente Collor, tendo a sua conclusão em dezembro de 1992, a qual resultou na aprovação do *impeachment* e o banimento de Collor da vida pública durante oito anos.

É evidente que não há como desconsiderarmos o momento histórico em que o país estava inserido nesse início da década de 1990 no processo de significação dos movimentos populares que levaram ao impedimento do Presidente Collor. Um país que recém-havia reconquistado o direito ao voto, através de outro bem-sucedido movimento popular, o conhecido “Diretas Já!”, e que, ainda mais relevante, estava começando o seu processo de redemocratização após a consolidação da Constituição da República de 1988, teve como símbolo da força da democracia, da participação popular no governo, esse movimento que não aceitou as fracassadas estratégias econômicas e as diversas denúncias de corrupção que surgiram contra o Presidente Collor.

Tendo feito esse brevíssimo resgate histórico, devemos contextualizar ainda mais o movimento “Fora Dilma” nos dias atuais. Como relatado anteriormente, a bipolarização ideológica tem criado um estado de instabilidade política no Brasil desde a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, em 2014. Logo após as eleições, uma série de personalidades de oposição ao governo federal iniciaram um

movimento para a deslegitimação das eleições, acusando fraude no processo de votação através de urnas eletrônicas e pedindo a análise de toda a votação para, posteriormente, invalidarem o processo, mas, embora tal proposta de invalidação das eleições tenha conquistado repercussão nacional e tenha, a partir disso, consolidado o movimento “Fora Dilma”, nenhuma das acusações de fraude foram provadas verídicas (VENCESLAU; CHAPOLA, 2015).

Após ter a manifestação de deslegitimação do processo eleitoral frustrada, o movimento “Fora Dilma” se organizou, já no ano de 2015, em torno da pauta do *impeachment* da presidente recém-reeleita. Em 15 março de 2015, e também em outras datas a partir desta, organizaram-se manifestações desse movimento em centenas de cidades em todo o território nacional, as quais foram mobilizadas por diversos grupos, tais como o “Revoltados Online” e o “Movimento Brasil Livre”, através das redes sociais, tendo como principal pauta o pedido de *impeachment* de Dilma, motivado por duas questões centrais: suposto envolvimento da presidenta com esquemas de corrupção e crise econômica no país (MARTINS, 2015).

Assim, milhões de pessoas foram às ruas protestar pelo movimento “Fora Dilma”, mas, ao contrário do que tradicionalmente é notado nas manifestações populares, bem como foi observado no movimento caras-pintadas, em vez de trabalhadores, estudantes, intelectuais e outros grupos não pertencente às elites brasileiras, nas principais capitais foram notados grandes grupos de pessoas pertencentes a classes bem abastadas, além de personalidades do mundo dos milionários, conforme afirmam Dória e Severiano (2015). Corroborando com Dória e Severiano, uma pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisas Datafolha (2015) apontou que 68% dos manifestantes de São Paulo no dia 15 de março tinham renda acima de 5 salários-mínimos, sendo que, desse grupo, 27,5% tinham renda superior a 20 salários-mínimos, além disso, outro dado interessante é a média de idade dos manifestantes, que nessa manifestação foi de 40 anos de idade, sendo 14% até 25 anos, 28%, de 26 a 35 anos, 37% de 36 a 50 anos, e 21%, 51 anos ou mais, também conforme a pesquisa supracitada.

Desse modo, o protagonismo de grupos tradicionalmente alheios aos movimentos de massas, compostos por poucos jovens e adolescentes, poucos trabalhadores que recebem até 4 salários-mínimos e muitos geralmente identificados como a direita neoliberal e (ou) conservadora, tem gerado um fenômeno inédito através dessas manifestações.

Com o movimento consolidado nas redes sociais e nas ruas, através de mobilizações nacionais para manifestações em forma de passeatas e atos públicos, o movimento “Fora Dilma” adotou como instrumento de divulgação um adesivo para carros com o seguinte conteúdo:



Figura 4: Arte do adesivo do movimento Fora Dilma

Nesta Figura 4 está representada a arte dos adesivos que têm sido amplamente distribuídos e vendidos em todas as regiões do país com o seguinte enunciado “FORA DILLMA E LEVE O PT JUNTO”. Inicialmente, não há como não notar o processo parafrástico que se envolve com esse enunciado, uma vez que ele resgata o mesmo dizer “Fora” utilizado no movimento Caras-Pintadas. O termo “fora”, neste caso, caracteriza-se como uma interjeição que, para Cunha e Cintra, “é uma espécie de grito com que traduzimos de modo vivo nossas emoções” (1985, p. 530). Isso significa que as interjeições são expressões de emoções, de sentimentos, de reações, por isso, a interjeição “fora” no contexto dos movimentos por *impeachment* tanto no caso de Collor, quanto no caso de Dilma, assume uma série de efeitos de sentido que se relacionam e buscam traduzir os anseios dos manifestantes. Assim, ao entoar o “Fora Dilma”, a interjeição “fora” exprime um desejo de ação sobre o interlocutor, que no caso poderia ser a própria presidenta, além de exprimir um estado de insatisfação e revolta quanto ao governo liderado e gerido por Dilma Rousseff. Tal interjeição poderia ainda ser substituída por “basta”,

“chega”, “saia”, “arreda”, etc., pois apesar de ser apenas uma palavra, esta estabelece um efeito de sentido composto por um conjunto de palavras que exprimem os sentimentos dos locutores. Neste sentido, pode-se observar que há uma memória discursiva que é resgatada pelo interlocutor, uma vez que a interjeição “fora” seguida do nome de um político, através dos caras-pintadas, imbuí-se de uma significação construída através dos movimentos populares que tiveram êxito na derrubada de Collor.

Além de observarmos a interjeição que é resgatada do movimento dos caras-pintadas, o próprio substantivo “DILLMA” é acrescido de uma letra “L”, reproduzindo o mesmo formato em que se apresentava o movimento “Fora Collor”, onde também se destacavam com cores diferentes as duas letras “L” de Collor. Desse modo, há também o resgate de uma memória discursiva que está diretamente ligada a um movimento popular que foi vitorioso, que alcançou o objetivo de impedir a continuidade do mandato do ex-presidente Collor.

Na figura observada, podemos encontrar após “FORA DILLMA” a oração coordenada sindética aditiva “E LEVE O PT JUNTO” como parte do enunciado, que ao utilizar a conjunção coordenativa aditiva “E”, produz um efeito de sentido de complementação da oração anterior. Dito de outro modo, essa oração coordenada evidencia que a pauta do movimento “Fora Dilma”, mais do que pedir o *impeachment* da presidenta, quer ainda o fim do Partido dos Trabalhadores, em outras palavras, o enunciado do adesivo poderia ser escrito como “Dilma, largue a presidência e tire o seu partido do governo”, compreendendo governo não somente como o Poder Executivo Federal, mas sim como a política institucional em sua mais ampla acepção, desde os cargos executivos aos cargos legislativos, em todas as esferas federal, estadual e municipal, ou seja, há uma solicitação de completa extinção do Partido dos Trabalhadores.

Vale ainda notar que o enunciado do adesivo se apresenta no modo imperativo, tanto pelo verbo “levar”, quanto pela interjeição “fora”, que mesmo não sendo um verbo, representa uma expressão que levaria um verbo no imperativo, tais como “saia” ou “arreda”, como vimos anteriormente. Utilizar o modo imperativo, nesta ocasião, corrobora com o sentido de exigência, fazendo-nos compreender que há uma população consciente de que os políticos são seus mandatários por detrás desse discurso, que ao mesmo tempo se sente no direito de exigir a saída de uma presidenta e a extinção de um partido político por conta de insatisfações.

Portanto, compreendendo que um processo de *impeachment* é um instrumento legislativo para impedir a permanência de agentes políticos que pratiquem crimes de responsabilidade, regulamentados pela Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950, bem como compreendendo que a Lei Federal nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que trata sobre os partidos políticos, apresentando a possibilidade de cancelamento do registro civil destes, é o instrumento legal que regulamenta o funcionamento e a organização dos partidos em nosso país, não há como apenas pela insatisfação e pelo conflito ideológico concretizar o afastamento de uma presidenta ou a extinção de um partido político, sendo fundamental a comprovação de crimes praticados para que exista sustentação jurídica para a realização dos procedimentos legais de responsabilização de agentes políticos e partidos. Por isso, usar adesivos em carros, fazer passeatas, apoiar publicações nas redes sociais e outras manifestações pró-*impeachment* contribuem apenas para criar reforço positivo para a atuação da Câmara dos Deputados e do Poder Judiciário, mas não serão determinantes para o processo.

Assim, apesar de o título deste tópico sugerir que a paráfrase dos movimentos contra Collor no movimento “Fora Dilma” não corresponde a uma prática digna, por serem momentos históricos distintos, com realidades políticas e sociais diferentes e com a mobilização de grupos não correspondentes, não cabe a este trabalho dialogar em relação ao mérito das proposições apresentadas por esse movimento, contudo não cabe também deixar de lançar questionamentos a respeito dessas mobilizações para que não haja uma reprodução não crítica a respeito do que tem sido proposto.

3.3 O PARADOXO DE UMA DEMOCRACIA MILITARISTA

Se, por um lado, há um estranhamento em relação ao público elitizado que tem participado das manifestações do movimento “Fora Dilma” em todo o Brasil, por outro, surge um estranhamento ainda maior ao nos depararmos com as diversas manifestações de intervenção militar que têm sido apresentadas em diversos atos do movimento “Fora Dilma”. Embora os grupos que defendem abertamente a

intervenção militar sejam outros que não o “Movimento Brasil Livre” e “Revoltados Online”, principais grupos de organização dos protestos “Fora Dilma”, tais manifestações têm sido recorrentes, conforme podemos observar na Figura 5.



Figura 5: Manifestante na Av. Paulista, em 15 de março. Fonte: Portal UOL.

Nessa figura, o cartaz exibido pela manifestante apresenta um enunciado confuso, mas que ao considerarmos as condições de produção em que está inserido, há como interpretá-lo como uma manifestação de luto pelo suposto fim da democracia no Brasil. O luto é um sentimento que está associado a uma profunda tristeza pela morte de alguém, ou ainda pela perda de algo em que se tinha grande apego, e se expressa de diferentes modos em culturas distintas, sendo assim, a utilização da palavra “luto” no enunciado do cartaz provoca uma referência à participação desse sujeito na manifestação, apresentando como reivindicação a sua consternação a respeito do fim da democracia, contudo, a solução para o resgate dessa democracia seria uma “intervenção militar, já!”.

Conforme já exposto, a linguagem se materializa no discurso, mas o sujeito ao produzir o material discursivo não é isento de uma ideologia, isso deve ser reiterado, pois ao observar o enunciado presente no cartaz da Figura 5, enquanto interlocutores podemos entender tanto que a manifestante busca expressar o seu

sentimento a respeito do que acredita ser o fim da democracia, quanto podemos ainda entender o termo “luto” como verbo e não como substantivo, assim, o efeito de sentido poderia se manifestar como uma manifestação de guerra contra a própria democracia, ou ainda a defesa do fim da democracia, por isso o pedido de uma intervenção. Neste segundo caso, há maior coerência com o conteúdo do enunciado, uma vez que uma intervenção militar é a própria ação de esgotamento da democracia, entretanto, como o discurso não se limita ao texto por si só, a produção de um efeito de sentido que une o resgate da democracia e o pedido de uma intervenção militar é possível, pois é gerado a partir de um esquecimento enunciativo.

Além do mais, é inevitável a relação dos pedidos de intervenção militar com o período de 1964 a 1985 em que o Brasil vivenciou um regime militar, instituído através de um golpe civil-militar iniciado na noite de 31 de março de 1964. Neste cenário, tínhamos um presidente com orientações de esquerda e populista, João Goulart, também conhecido como Jango, que propunha apresentar uma série de reformas de base que iriam desde a reforma da educação até a reforma agrária.

Entretanto, se para os trabalhadores e grupos sociais que não pertenciam à elite econômica do Brasil, a gestão de Jango estava conseguindo apresentar soluções para diversos problemas sociais, as atribuições feitas por liberais e conservadores ao Governo de Jango enalteciam, conforme Toledo (2004, p. 14), “apenas aspectos negativos e perversos: “baderna política”, “crise de autoridade” e “caos administrativo”; inflação descontrolada e recessão econômica; quebra da hierarquia e indisciplina nas forças armadas; “subversão” da lei da ordem e avanço das forças de esquerda e comunizantes etc”.

Assim, recordando que o mundo passava pelo período de tensionamento da Guerra Fria, na tentativa de barrar as políticas, muitas vezes interpretadas como revolucionárias, de Jango, diversos grupos sociais e militares iniciaram um processo de articulação para uma ofensiva contra o governo, que era visto como comunista. De acordo com Florestan Fernandes (*apud*. TOLEDO, 2004, p. 14),

O que se procurava impedir era a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada ... que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático-burguês, no qual vários setores das classes trabalhadoras (mesmo de massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político.

Ou seja, a articulação do golpe se deu muito mais em torno do combate às políticas de emancipação e empoderamento das classes trabalhadoras, que no contexto histórico e político representavam uma ameaça aos interesses fundamentais dos EUA, do que por qualquer outro motivo. Desse modo, instaurou-se um período de 21 anos de regime ditatorial militar, o qual foi responsável pelo cerceamento de diversos direitos, principalmente os ligados às liberdades individuais de crença, de expressão, de consciência, dentre outros, pela censura da imprensa e das manifestações artísticas, e pela tortura e morte de centenas de civis.

Contudo, mesmo com o lado cruel e sanguinário do regime militar, muitos saudosistas do período buscam enfatizar os aspectos positivos que, supostamente, existiram, como a ordem social, o controle da criminalidade e a ausência de corrupção. Apesar de tais aspectos positivos não representarem, necessariamente, a verdade sobre os fatos históricos, tal discurso é resgatado pelas manifestações pela intervenção militar nos dias atuais. Isso é, embora seja um paradoxo a defesa de uma intervenção militar para a garantia de uma democracia, os discursos apresentados por alguns manifestantes nos atos do movimento “Fora Dilma” reavivam uma memória discursiva, construída em prol do regime militar, para buscar defender o país de uma situação política repleta de casos de corrupção e desordem. Essa situação pode ser observada de modo mais explícito nas figuras a seguir:

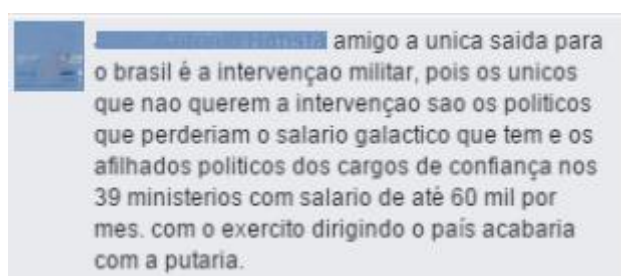


Figura 6: Comentário em publicação de página.
Fonte: Fora Dilma

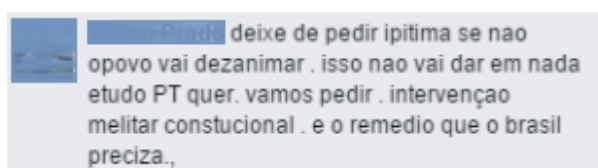


Figura 7: Comentário em publicação de página.
Fonte: Revoltados Online

Nas Figuras 6 e 7 expostas acima há, em comum, o pedido por uma

intervenção militar. A primeira é um comentário feito por um seguidor da página “Fora Dilma” em uma publicação que convidava as pessoas para uma manifestação, mas tinha como legenda da própria página a indagação exposta nesta figura:

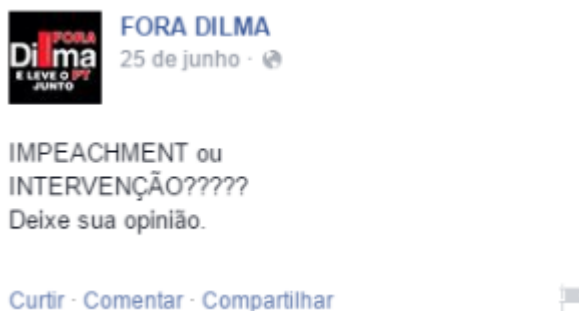


Figura 8: Publicação de administrador de página.
Fonte: Fora Dilma

O comentário da Figura 6 é, então, uma resposta ao questionamento feito pelos administradores da página “Fora Dilma” e defende uma intervenção militar como uma forma de acabar com a “putaria” que existe na política, compreendendo aqui tal termo como a falta de representatividade, o envolvimento com esquemas de corrupção, dentre outros. Além disso, tal discurso afirma que somente os políticos são contrários a uma intervenção militar, sendo assim, por analogia, todos os outros cidadãos que não possuem ligações com políticos são defensores deste golpe, o que, na realidade, não reproduz uma situação correspondente à verdade, pois tanto há políticos que defendem uma intervenção militar, quanto há outros cidadãos que são contrários à intervenção.

Neste contexto, é importante observar que o sujeito locutor desse discurso coloca a tomada do Poder pelo exército como uma alternativa boa à superação dos problemas políticos presentes no Brasil, isso também é reforçado pelo discurso apresentado na Figura 7, que considera a intervenção militar um “remédio” para esses problemas. Dessa maneira, fica evidente que há através desses discursos um diálogo com os defensores do regime militar no Brasil, por isso, através da interdiscursividade há o reforço de um discurso que busca enxergar no regime militar uma forma de manter ordem e honestidade política.

Outra observação que não se deve deixar de fazer na Figura 7 é em relação ao pedido de uma intervenção militar “constitucional”, pois tal referência é utilizada em diversas manifestações. Utilizar o termo “constitucional” ao lado de intervenção

militar, por si só, é um paradoxo jurídico, pois não há como existir dispositivos legais estabelecidos pela Constituição da República que garantam a possibilidade de um ato intervencionista que provoca a anulação dos próprios direitos constitucionais, de qualquer maneira, esse discurso juridicamente insustentável tomou conta de diversas manifestações em todo o Brasil, buscando se fundamentar nos artigos 142 e 15 da Constituição e da Lei Complementar 97, respectivamente, que disciplinam a atuação das Forças Armadas, mas que através de uma simples leitura de tais dispositivos legais, constata-se que não há nenhuma autorização para uma intervenção militar.

De todo modo, as manifestações que buscam incentivar as Forças Armadas para agirem, muito embora paradoxais, constroem aquilo que podemos chamar de uma sensação de que uma intervenção militar resolveria todos os problemas que o Brasil tem enfrentado na esfera política.

Por outro lado, a defesa de uma intervenção militar no momento atual do Brasil também pode representar, mesmo que inconscientemente, uma tentativa de barrar um projeto de nação popular, ligado à esquerda, que vem sendo desenvolvido pelas gestões do PT no Executivo Federal. Tal possibilidade é constatada tanto pela comparação com o movimento do golpe de Estado, em 1964, que mostrou que a instabilidade econômica e política da época foram elementos facilitadores para o avanço da oposição ao governo Jango, que estava estabelecendo uma série de medidas compreendidas como de natureza “revolucionária”, quanto pela configuração do movimento “Fora Dilma” que, majoritariamente, é expresso pela direita neoliberal e extrema direita.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos realizados a partir da perspectiva discursiva do *corpus* de análise, é possível visualizar que as manifestações que tem ocorrido em todo o Brasil desde o início do ano de 2015 têm pautado três questões centrais: o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o combate ao comunismo e a exigência de uma intervenção militar no Brasil. A partir dessa conclusão inicial, podemos inferir que os discursos formulados nas manifestações assumem a responsabilidade de um posicionamento político e ideológico, centrado no fortalecimento dos grupos filiados às ideologias da direita neoliberal, chegando, inclusive, a dar um determinado destaque à extrema direita, quando se depara com a existência de grupos que pedem uma intervenção militar.

Embora muitos manifestantes não sejam filiados a partidos políticos, o tom das manifestações do movimento “Fora Dilma” é convergente aos interesses dos principais partidos de oposição ao governo federal brasileiro, que é nada mais, senão, o enfraquecimento da presidenta Dilma Rousseff e a estagnação de seu projeto social-democrata, ligado às tendências da esquerda, que não corresponde às necessidades do neoliberalismo.

Assim, conforme observado na análise das figuras constituintes de nosso *corpus*, reproduz-se através das manifestações uma sensação de guerra fria, onde há a disputa de dois projetos de nação. O combate ao sistema comunista ou socialista, que é pauta recorrente dos manifestantes, evidenciam que muito mais do que a preocupação com a saúde financeira do governo e a moralização da política institucional, há uma preocupação latente com a expansão de uma política com tendências de esquerda, que tem aberto espaço para grupos historicamente afastados das decisões políticas, bem como dado empoderamento aos movimentos sociais, tão combatidos nos governos anteriores. Por isso, limitar a análise dessas manifestações à insatisfação da população com a administração do país, é limitar a própria concepção de relações sociais, pois estaria sendo negada a luta de classes, que se exprime contradição de projetos de nação e defesas ideológicas.

Os discursos apresentam, no geral, vários interdiscursos e paráfrases, resgatando, através da memória discursiva uma série de conceitos e significados

que surgem hoje para corroborar na significação dessas manifestações, mas em alguns momentos trazendo à tona discursos hoje ressignificados.

Além disso, o contexto de produção desses discursos, levando em consideração os segmentos sociais predominantes nas manifestações, apresenta um momento histórico novo, onde os movimentos sociais, a classe trabalhadora, a juventude e as minorias cedem espaço a um público estranho à constituição histórica das manifestações civis, o público formado por adultos e idosos de classes médias e alta. Essa configuração inédita nas manifestações nos coloca em questionamento a respeito da ideologia dominante neste meio, pois se por anos tais movimentos foram automaticamente relacionados a ideologias ligadas às tendências socialistas e comunistas, hoje se vê algo que contribui com ideia já exposta do protagonismo das forças de direita.

A própria tentativa de reprodução de um movimento *pró-impeachment* nas atuais circunstâncias, revelam uma tentativa de golpe à democracia, pois a atualidade brasileira não é sequer comparável à situação de Collor, que confiscou a poupança dos brasileiros, apresentou níveis altíssimos de inflação e desemprego, além de comprovadamente ter se envolvido com esquemas de corrupção.

Portanto, a partir de uma perspectiva discursiva, foi possível compreender os efeitos de sentidos pretendidos pelo movimento “Fora Dilma”, bem como, entender de onde surgiram os discursos que estão nas ruas.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRASIL. **Lei nº 1.079**, de 10 de abril de 1950.

_____. **Lei nº 9.096**, de 19 de setembro de 1995.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

_____. **Lei Complementar nº 97**, de 9 de junho de 1999.

BORDEN, Sam. **At the World Cup, Doomsday Predictions Give Way to Smaller Hiccups in Brazil**. *In*: The New York Times: Junho, 2014. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2014/06/18/sports/worldcup/at-the-world-cup-doomsday-predictions-give-way-to-smaller-hiccups-in-brazil.html?ref=worldcup&_r=4> Acesso em: 23 de junho de 2015.

BOURCIER, Nicolas; HERNANDEZ, Anthony; HOPQUIN, Benoit. **L'improvisation à la Brésilienne se Révèle à la Hauteur de L'événement**. *In*: Le Monde: Junho, 2014. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/coupe-du-monde/article/2014/06/21/l-improvisation-a-la-bresilienne-se-revele-a-la-hauteur-de-l-evenement_4442780_1616627.html> Acesso em: 23 de junho de 2015.

CHARAUDEAU, Patrick, MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DATAFOLHA. **47% foram à Avenida Paulista em 15 de março protestar contra a corrupção**. *In*: Datafolha: Março, 2015. Disponível em:

<<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista-em-15-de-marco-protestar-contr-a-corrupcao.shtml>> Acesso em: 2 de novembro de 2015.

DÓRIA, Palmério; SEVERIANO, Mylton. **Golpe de Estado**: o espírito e a herança de 1964 ainda ameaçam o Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008

_____. **A Ordem do Discurso** - Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 22.ed. Tradução de Izidoro Blikstein; José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2010.

KLAUBERT, David. **Nur die Liebe zählt**. *In*: Frankfurter Allgemeine: Junho, 2014. Disponível em: <<http://www.faz.net/aktuell/sport/fussball-wm/brasilien-vor-der-wm-nur-die-liebe-zaehlt-12978564.html>> Acesso em: 23 de junho de 2015.

MAANEN, John Van. **Reclaiming Qualitative Methods for Organizational Research**: a preface. *In*: Administrative Science Quarterly, vol. 24, no. 4, Dezembro 1979, p. 520-526.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, Miguel. **Brasil vive dia de protestos massivos contra Dilma**. *In*: Carta Capital: Março, 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/brasil-vive-dia-de-protestos-massivos-contr-dilma-4764.html>> Acesso em: 20 de outubro de 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido e ideologia. 2. ed. Campinas:

Pontes, 2012.

_____. **Paráfrase e polissemia:** a fluidez nos limites do simbólico. *In:* Rua (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade) Nº. 04 Campinas: Unicamp, 1998.

PANDOLFI, Dulce. **Entre dois governos:** 1945-1950 > A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaOPC>> Acesso em: 25 de junho de 2015.

PORTAL BRASIL. **Mídia Internacional se Rende ao Sucesso da Copa no Brasil.** *In:* Portal Brasil: Julho, 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/esporte/2014/07/especial-midia-internacional-se-rende-ao-sucesso-da-copa-no-brasil>> Acesso em: 23 de junho de 2015.

SALLUM JR., Brasílio; CASARQUES, Guilherme Stolle Paixão e. **O impeachment do presidente Collor:** a literatura e o processo. Lua Nova, São Paulo, n. 82, p. 163-200, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000100008&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 20 de outubro de 2015.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria forma e poder de um Estado eclesiástico e civil.** Martins Fontes: São Paulo, 2003.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: o golpe contra as reformas e a democracia.** *In:* Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28. 2004.

VENCESLAU, Pedro; CHAPOLA, Ricardo. **Auditoria do PSDB conclui que não houve fraude em eleição de 2014.** *In:* Estadão: Outubro, 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,auditoria-do-psdb-conclui-que-nao-houve-fraude-na-eleicao--imp-,1777811>> Acesso em: 20 de outubro de 2015.